

Pobreza no Brasil. Principais tendências da espacialização¹

Sonia Rocha

Introdução

A incidência e a espacialização da pobreza no Brasil têm sido marcadas por três fatores básicos: a queda da fecundidade, o processo de urbanização e o ritmo da atividade econômica. Na verdade, considerando o país globalmente, a relativa estabilidade de índices de pobreza como insuficiência de renda para os anos no início e no final da década de 80, que se mantiveram até 1993, encobrem tendências locais bem diferenciadas, tendo como pano de fundo a queda generalizada da fecundidade. Estas tendências estão associadas a condições diversas de dinamismo econômico, gerando maior ou menor atratividade para as populações, e repercutindo sobre o nível de renda e a incidência de pobreza. Apesar da importância fundamental da forte queda do crescimento populacional brasileiro, que permitiu neutralizar parte dos efeitos adversos da crise econômica que se prolongou por mais de uma década, ao considerar unidades espaciais mais detalhadas – regiões ou estratos de residência – não existem evidências de relação direta entre variação dos índices de pobreza e taxa de crescimento demográfico. Para o período analisado, as evidências são no sentido de que a estrutura produtiva e o nível de atividade são os determinantes fundamentais.

Com base em dados de rendimento familiar per capita derivados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD/IBGE) em confronto com linhas de pobreza localmente diferenciadas,² a proporção de pobres no Brasil em 1995 era de 20,57% da população ou cerca de 30,4 milhões de pessoas. Estes resultados refletem melhoria significativa da incidência de pobreza em função da retomada do nível de atividade, que tomou alento com o plano de estabilização. O aumento sem precedentes do nível de renda na base da distribuição de rendimentos – aumento real de 100% no décimo inferior e 47% no décimo seguinte entre 1993 e 1995³ – teve impactos muito favoráveis sobre a redução da pobreza absoluta e sobre a desigualdade.⁴

Indicadores comparáveis de pobreza, pois derivados do uso da mesma metodologia e a mesma fonte de dados estatísticos, permitem que se identifiquem

(1) Agradecimentos a Marcio Duarte Lopes, pelo excelente trabalho de programação, e a Sabine Barbara Pabst, pela realização competente das tarefas de organização de informações.

(2) Uma descrição sucinta da metodologia utilizada encontra-se no anexo do artigo de Rocha (1995).

(3) Os dados da PNAD revelam um crescimento médio real dos rendimentos em 28%, o que evidencia o impacto distributivo da evolução ocorrida.

(4) Sobre a redução recente da desigualdade de rendimentos ver Neri & Barros (1996).

tendências evolutivas da pobreza no Brasil com ênfase nas suas características de espacialização. Trata-se de, abstraindo de um quadro severamente marcado por oscilações de curto prazo, indicar as tendências que se delineiam a partir da comparação de anos de características semelhantes, como 1981 e 1990, e avaliar sua robustez em face das mudanças drásticas ocorridas no período 1993/95.

Este artigo é dividido em quatro seções, além desta introdução. Na primeira seção é feita uma descrição das tendências de espacialização da pobreza no período posterior a 1981, dando ênfase à comparação entre os anos 1981 e 1990, que têm características semelhantes em termos de nível de atividade e de renda. Discute-se, ainda, como a crise, a retomada e a estabilização na década de 90 tiveram efeitos espacialmente diferenciados sobre a incidência de pobreza. Na segunda seção são discutidas evidências empíricas sobre as metrópoles, destacando diferenças de dinamismo produtivo que influenciam sua atratividade populacional e a incidência de pobreza. Fica evidente que a metropolização de pobreza que ocorria na década de 80 não teve continuidade no último quinquênio. A espacialização interna da metrópole entre núcleo e periferia, objeto da terceira seção, mostra que a periferação é uma tendência ainda predominante dado o estágio de desenvolvimento das metrópoles brasileiras, afetando mesmo a São Paulo, a metrópole primaz. Finalmente, a quarta seção sumaria as principais tendências de espacialização da pobreza observadas e suas perspectivas mais prováveis.

1. Características gerais e principais tendências evolutivas

A pobreza no Brasil tem um forte componente regional: sua incidência, quaisquer que sejam os indicadores utilizados,⁵ é mais elevada no Norte e Nordeste, reduzindo-se em direção ao Sul (Tabela 1). Por outro lado, apresenta-se sensivelmente mais elevada nas áreas rurais, embora em São Paulo e no Rio de Janeiro, as regiões mais urbanizadas do país, a pobreza seja um fenômeno essencialmente metropolitano por dois motivos. Primeiro, porque a proporção de pobres é mais elevada na metrópole do que nas demais áreas de cada estado; segundo, devido à elevada taxa de urbanização, respectivamente 93% e 95%. Em consequência, o estrato rural tem uma participação marginal na pobreza nesses dois estados, 5,5% no Rio de Janeiro e 5,3% em São Paulo, em 1995. Para o conjunto do país, embora a proporção de pobres se mantenha ainda mais elevada em áreas rurais (25%), os pobres urbanos já são largamente a maioria, correspondendo a 76% dos pobres brasileiros.

(5) Aqui utilizar-se-á apenas a proporção de pobres na população total, indicador mais conhecido de pobreza como insuficiência de renda. Para outros indicadores, ver Rocha (1996; 1997).

Para a identificação de tendências evolutivas de caráter estrutural, a comparação da situação em 1990 com a verificada em 1981 é particularmente adequada: ambos são anos recessivos, permitindo, portanto, minimizar a influência do nível de atividade econômica, que é o determinante fundamental da pobreza como insuficiência de renda.⁶ Ademais, em ambos os anos, a renda per capita brasileira se situava praticamente no mesmo nível, depois de significativas oscilações ao longo da década de 80.⁷ O fato de que a proporção de pobres tenha declinado de 34% para 30% no período, o número de pobres mantendo-se praticamente estável em torno de 41 milhões, pode ser imputado principalmente a três fatores. O primeiro foi a queda da fecundidade, que fez com que a taxa geométrica de crescimento populacional do Brasil tenha declinado de 2,5% entre 1970/80 para 1,93% entre 1980/91. Como, reconhecidamente, pobreza no Brasil está fortemente associada à presença de crianças na família, a queda da fecundidade repercutiu diretamente sobre a incidência da pobreza. Um segundo fator foram as mudanças no mercado de trabalho: aumento da taxa de participação, associada em parte à queda da fecundidade, mas também a outras mudanças socioculturais que vêm alterando o comportamento das pessoas, se revelou como uma estratégia bem sucedida das famílias para fazer face a rendimentos decrescentes durante a década de 80, contribuindo, via aumento do número de pessoas ativas, para evitar uma queda do rendimento familiar per capita.⁸ O terceiro fator foi o impacto regional da seca do Nordeste no início da década, afetando de modo adverso aquela região em 1981, o que implicou melhora relativa dos indicadores regionais e nacionais em 1990. Trata-se de efeito de fenômeno exógeno e episódico, independente, portanto, de iniciativas bem-sucedidas no campo socioeconômico para reduzir a pobreza na região mais pobre do país.

Considerando resultados regionais e por estrato de residência delinea-se, no entanto, um quadro bem mais complexo. A tendência mais geral foi de redução das proporções de pobres, que se deu de forma especialmente acentuada no Nordeste e no Centro-Oeste. No Nordeste, pelas razões climáticas já apontadas, sendo que a reversão dos fluxos de migrantes temporários de volta a suas áreas rurais de origem causou a redução da pobreza também em áreas urbanas da região.

(6) Pobreza é uma síndrome complexa de carências diversas. Naturalmente as oscilações do nível da atividade repercutem direta e imediatamente sobre a renda. Pobreza como não-satisfação de necessidades básicas que independem do consumo privado, como educação, saneamento, é relativamente inelástica às oscilações de nível de atividade.

(7) Resultados estimados ao longo da década de 80 evidenciaram uma estreita correlação entre nível de renda e incidência de pobreza absoluta no país. O ponto mais crítico foi 1983, quando a renda per capita atingiu o seu nível mais baixo, enquanto a proporção de pobres atingia o seu pico (41%), como resultado da redução do PIB em 2,9%, após já ter declinado 4,3% em 1981. O ano menos adverso foi 1986, muito vinculado aos resultados de curto prazo do Plano Cruzado: o PIB cresceu 7,5%, a proporção de pobres atingindo então o nível mais baixo de todo o período 1981/95 (23%).

(8) A respeito das modificações no mercado de trabalho brasileiro e seus impactos sobre os rendimentos, ver Amadeo et al. (1994).

No Centro-Oeste, ao contrário, a redução significativa da pobreza se deveu, claramente, a um dinamismo produtivo próprio, associado à expansão da fronteira e à modernização agrícola. Infelizmente os impactos nacionais da evolução favorável no Centro-Oeste são limitados pela sua reduzida participação demográfica. Na verdade, a queda de 10 pontos percentuais na proporção de pobres no Centro-Oeste (de 35% em 1981 para 25% em 1990) reduz em menos de 1% sua participação no número de pobres do país neste último ano.

Tabela 1
Número e proporção de pobres no Brasil, segundo regiões e estratos

Regiões e estratos	1981			1990			1993			1995		
	Nº (mil)	Prop. (%)	Cont (%)	Nº (mil)	Prop. (%)	Cont (%)	Nº (mil)	Prop. (%)	Cont (%)	Nº (mil)	Prop. (%)	Cont (%)
Norte	1.541	47,88	3,75	2.220	43,24	5,29	3.314	52,63	7,66	2.836	42,00	9,32
Nordeste	20.119	56,52	49,01	18.903	45,83	45,04	18.854	45,62	43,57	13.488	30,98	44,31
MG/ES	4.575	29,21	11,14	5.075	28,46	12,09	4.570	24,90	10,56	2.997	15,80	9,84
R. Janeiro	2.938	25,55	7,16	3.803	30,49	9,06	3.816	30,16	8,82	2.634	20,27	8,65
São Paulo	5.019	19,55	12,22	5.129	16,84	12,22	7.262	22,63	16,78	4.413	13,41	14,50
Sul	4.108	21,36	10,01	4.357	20,13	10,38	3.307	14,91	7,64	2.480	10,90	8,15
Centro-Oeste	2.754	35,09	6,71	2.483	24,94	5,92	2.153	22,48	4,97	1.590	15,78	5,23
Metropol.	10.829	29,47	26,38	12.261	28,86	29,21	14.156	32,32	32,71	9.084	20,13	29,84
Urbano	15.596	31,91	37,99	17.483	26,85	41,65	18.835	27,00	43,52	14.065	19,16	46,21
Rural	14.629	44,17	35,63	12.227	39,26	29,13	10.286	35,58	23,77	7.289	24,74	23,95
Brasil	41.053	34,58	100	41.970	30,25	100	43.277	30,37	100	30.438	20,57	100

Fonte: IBGE/PNAD (1981, 1990, 1993 e 1995 – Tabulações especiais).

Os resultados regionais mais adversos se deram no Rio de Janeiro, onde, ao longo de toda a década, ocorreu esvaziamento econômico devido à vulnerabilidade de alguns setores-chave da economia fluminense, como indústria naval e siderurgia/metalurgia, sem que surgissem novas alternativas produtivas com efeitos multiplicadores semelhantes. O aumento da proporção de pobres verificou-se em todos os estratos (metropolitano, urbano e rural), embora a metrópole tenha papel primordial, respondendo por 85% dos pobres do Estado, devido tanto ao seu tamanho populacional, como à proporção de pobreza mais elevada (33% em 1990). A esse respeito é especialmente significativo que o agravamento da pobreza no Rio de Janeiro tenha se dado num contexto de taxas muito reduzidas de crescimento demográfico na década (1,13% a.a.), o que sem dúvida contribuiu para neutralizar em parte os efeitos adversos do esvaziamento econômico sobre a incidência de pobreza.

A evolução da proporção dos pobres segundo estratos de residência é reveladora de uma tendência sustentada de longo prazo: a queda da proporção de pobres nas áreas rurais, acompanhada da redução absoluta da população rural, resulta, necessariamente, em participação decrescente dos pobres rurais dentre os pobres brasileiros, que declina de 36% em 1981 para 29% em 1990. Em contrapartida, na esteira da urbanização, aumenta a participação da pobreza urbana (metropolitana e não-metropolitana). Nas áreas metropolitanas a situação se mostrou claramente mais adversa do que nas áreas urbanas não-metropolitanas:

os impactos da crise econômica sobre o conjunto das metrópoles foi, no entanto, atenuado pela redução do seu ritmo de crescimento em relação às demais áreas urbanas e pela contribuição favorável das metrópoles nordestinas.⁹ Na verdade os resultados para o estrato metropolitano como agregado foram afetados negativamente pela evolução nas metrópoles primazes – Rio de Janeiro, vítima de esvaziamento econômico progressivo, e São Paulo, diretamente afetada pela crise e pela reestruturação industrial que se inicia no final da década – que concentram mais de 50% dos pobres metropolitanos.

Os dados relativos ao início da década atual mostram estagnação da proporção de pobres em 30%, o que correspondia a 43 milhões de indivíduos pobres em 1993 (Tabela 2). Esta estabilidade encobre, porém, tendências espacialmente diversas. Assim, a proporção de pobres nas áreas rurais continua a se reduzir de forma consistente ao longo do período, para o que teria contribuído a evolução positiva do produto agrícola em 1991 (+2,8%) e em 1992 (+5,4%), justamente quando os demais setores de atividade se retraíam, levando à queda do PIB nacional e ao seu ponto mais baixo em 1992. No entanto, é sintomático que em 1993, quando ocorreu diminuição do produto agrícola (-1,2%), a pobreza rural continuou se reduzindo, devido ao seu comportamento no Sul e no Centro-Oeste. Tendo em vista a tendência de redução da pobreza rural que já se tinha verificado ao longo dos anos 80, isto parece evidenciar a robustez da “desruralização” da pobreza. A modernização agrícola está reduzindo a pobreza rural, seja pela incorporação dos pobres em atividades mais rentáveis, inclusive atividades não-agrícolas nas áreas rurais, seja expulsando-os para áreas urbanas. Observe-se, no entanto, que a ocorrência eventual de migração dos pobres das áreas rurais para as urbanas não-metropolitanas do Sul e do Centro-Oeste não resultou em aumento da pobreza nestas últimas. Em nível nacional, as melhorias ocorridas no Centro-Oeste e no Sul no período 1990/93 foram parcialmente neutralizadas pela manutenção da elevada proporção de pobres no Nordeste rural nos três anos, o que tem peso ponderável nos resultados nacionais, já que representavam, em 1993, 72% dos pobres rurais do país.¹⁰

Concomitantemente à melhoria das proporções de pobres nas áreas rurais, ocorreu agravamento nas áreas metropolitanas, o que é compatível com a natureza da crise recessiva. Como esperado, o impacto adverso mais intenso se deu na metrópole de São Paulo, ponto focal da reestruturação produtiva na indústria: a proporção de pobres na metrópole paulista evoluiu de 22% em 1990 para 30% em 1992, mantendo-se aproximadamente neste mesmo patamar em 1993. Na verdade os impactos da crise no estrato urbano praticamente se limitaram a São Paulo,

(9) O crescimento médio anual das metrópoles foi de 1,98% a.a., enquanto as áreas urbanas cresceram à taxa de 3,69% a.a.. Nas metrópoles nordestinas, houve redução de incidência de pobreza devido, como já visto, a uma melhoria em relação à situação de 1981, afetada pela seca.

(10) Para um conjunto de indicadores de renda para 23 subáreas nos anos 1990 a 1995, ver Rocha (1997).

que, com uma proporção de pobres de 11% em 1990 era a subárea do país onde o indicador se mostrava mais favorável, passando a 16% em 1993. Esta sensibilidade do estrato urbano paulista à crise é reveladora de uma maior integração produtiva entre a metrópole e seu entorno urbano, resultando na maior difusão no estado dos impactos adversos sobre a renda.

Tabela 2
Número e proporção de pobres em percentagem,
segundo estratos e subáreas selecionadas

Estratos e subáreas	1990		1992		1993		1995	
	mil	%	mil	%	mil	%	mil	%
Rural	12.227	39,26	10.471	36,66	10.286	35,58	7.289	24,74
Nordeste	7.988	49,20	7.049	48,02	7.469	49,44	5.049	32,19
Sul	1.599	28,63	1.117	21,11	364	15,46	756	15,35
Centro-Oeste	637	31,92	483	28,09	791	21,06	313	17,64
Metropolitano	12.261	28,86	13.524	31,15	14.156	32,32	9.084	20,13
São Paulo	3.277	22,19	4.588	30,21	4.547	29,47	2.640	16,79
Urbano	17.483	26,85	19.033	27,77	18.835	27,00	14.065	19,16
São Paulo	1.543	11,46	2.287	15,95	2.369	16,36	1.539	10,24
Sul	1.903	16,98	1.649	14,12	1.499	12,53	1.169	9,33
Centro-Oeste	1.503	23,37	1.432	23,06	1.341	21,53	999	15,04
Brasil	41.970	30,25	43.027	30,62	43.277	30,37	30.438	20,57

Fonte: IBGE/PNAD (1990/95 – Tabulações especiais).

A crise recessiva do início da década atingiu o seu momento mais crítico no primeiro trimestre de 1993, de modo que os resultados estimados a partir da PNAD para setembro daquele ano já refletem o início da recuperação. O sucesso da estabilização do Plano Real, de julho de 1994, veio a dar novo alento à retomada econômica, de modo que o PIB cresceu 6% naquele ano. Entre setembro de 1993 e setembro de 1995,¹¹ o rendimento médio das pessoas de 10 anos e mais apresentou um ganho em termos reais de 28%. No entanto, esses ganhos se deram de maneira mais acentuada na base da distribuição, em detrimento das faixas de renda elevadas. Assim, no décimo mais baixo da distribuição, o rendimento médio real teve desempenho excepcional, dobrando de valor no período, passando de R\$ 24,00 em 1993, para R\$ 48,00 em 1995 (preços de setembro de 1995). No segundo décimo da distribuição, os ganhos também foram importantes, apresentando um aumento de 47% no mesmo período.

Essa evolução dos rendimentos teve, necessariamente, efeitos diretos sobre a redução da pobreza no período. A proporção de pobres apresentou uma redução forte, passando de 30% (43,3 milhões de pessoas) em 1993, para 20% (30,4 milhões de pessoas) em 1995. O fenômeno foi geral, afetando todas as estratos e regiões, embora existam alguns aspectos a destacar.

(11) Não foi realizada a PNAD-1994, de modo que as comparações intertemporais com base nesta pesquisa têm que ser feitas obrigatoriamente para o biênio 1993/95.

O primeiro aspecto se refere ao fato de que a redução dos níveis de pobreza se deu de forma mais acentuada nas metrópoles do que nos estratos urbano não-metropolitano e rural. Na verdade, no período pós-estabilização foi possível não só compensar o agravamento da pobreza do início da década, como atingir resultados significativamente melhores do que os de 1990. Esta sensibilidade aos ciclos de recessão e retomada é especialmente notável em São Paulo, metrópole primaz por excelência: a proporção de pobres entre 1993 e 1995 caiu de 29% em 1993 para 17% em 1995, apresentando, portanto, neste último ano, um progresso significativo em relação ao resultado obtido em 1990 (22%), apesar da intensidade do ajuste em curso. É importante notar, ainda, que o forte impacto do ciclo nesta metrópole parece transbordar para o seu entorno, de modo que os movimentos de aumento e redução da pobreza ocorrem no mesmo sentido, embora com intensidade amortecida, nas demais áreas do Estado.

Embora para o conjunto das áreas urbanas a proporção de pobres tenha se mantido praticamente estável durante a crise do início da década, e se reduzido significativamente no período 1993/95 (Tabela 1), houve aumento continuado da sua participação no número total de pobres do país, o que está vinculado ao comportamento demográfico: a população urbana não-metropolitana cresceu no quinquênio 1991/96 a uma taxa forte (2,5% a.a.), enquanto era mais moderada a taxa nas áreas metropolitanas, e a das áreas rurais se mantinha negativa, como vem ocorrendo desde os anos 70 (Tabela 3). Esta evidência recoloca em pauta a questão da metropolização da pobreza, e de maneira mais geral, da dinâmica de expansão das metrópoles brasileiras.

Tabela 3
População residente segundo estratos

	1991		1996		Δ % a.a.
	mil	%	mil	%	
Brasil	146.825	100	157.080	100	1,36
Urbano	110.991	75,59	123.082	78,36	2,09
Metropolitano ^(*)	43.902	29,90	47.299	30,11	1,53
Não-metropolitano	67.089	45,69	75.784	48,25	2,47
Rural	35.834	24,41	33.997	21,64	-1,05

^(*) Inclui Brasília.

Fonte: IBGE. Censo Demográfico (1991, 1996).

2. Metropolização e pobreza

Mesmo tendo apresentado crescimento demográfico baixo no período 1990/95, para o que contribuíram a crise econômica e a conseqüente perda de sua atratividade, as metrópoles brasileiras concentravam naquele último ano 46,1 milhões de pessoas ou 30% da população brasileira. Além da sua importância populacional, as metrópoles têm papel relevante na concentração da produção e

como pólos socioculturais de irradiação de mudanças, o que justifica o interesse pela sua dinâmica evolutiva.

Apesar do cenário demográfico favorável (Tabela 3), a redução da incidência de pobreza nas metrópoles no período recente se deu em função da retomada da atividade econômica e do plano de estabilização. Entre 1990 e 1993, como se viu, tinha ocorrido agravamento desse indicador – de 28,9% para 32,3% – na medida que são essas as áreas mais diretamente afetadas pela crise. A forte redução da proporção de pobres entre 1993 e 1995 ocorreu de forma generalizada, permitindo uma melhoria significativa em relação aos patamares observados em 1990.¹² Há, no entanto, diferenças a observar quanto ao desempenho de cada metrópole (Tabela 4).

Tabela 4
Proporção e número de pobres nas metrópoles

Metrópoles	1990		1993		1995	
	%	%	%	mil	Cont.(%)	
Belém	43,39	45,75	34,00	316,66	3,49	
Fortaleza	41,48	38,88	25,67	643,32	7,08	
Recife	48,52	51,45	33,98	984,52	10,84	
Salvador	39,23	44,71	34,89	912,21	10,04	
Belo Horizonte	30,30	31,95	17,16	620,07	6,83	
Rio de Janeiro	32,72	32,68	21,60	2.133,58	23,49	
São Paulo	22,19	29,47	16,79	2.640,08	29,06	
Curitiba	12,31	14,47	7,72	164,62	1,81	
Porto Alegre	21,15	23,71	12,35	389,97	4,29	
Brasília	22,44	27,61	16,73	278,93	3,07	
Total ^(*)	28,86	32,32	20,13	9.083,95	100	

(*) Total das Regiões Metropolitanas.

Fonte: IBGE/PNAD (1990, 1993 e 1995 – Tabulações especiais).

Primeiramente, as proporções de pobres continuam mais elevadas no Norte/Nordeste, mas com alteração do *ranking* das quatro metrópoles, em função dos desempenhos muito diferenciados – excelente em Fortaleza e modesto em Salvador. É digno de nota que Fortaleza reduziu a proporção de pobres entre 1990/93, o que não aconteceu com as demais metrópoles regionais, mostrando um dinamismo próprio, provavelmente tirando partido da reestruturação produtiva no Centro-Sul. Dentre as demais metrópoles o *ranking* de 1990 se mantém, mas com mudanças que são sintomáticas da reestruturação produtiva por que vem passando o país.

As metrópoles do Rio de Janeiro e de Belo Horizonte, que tradicionalmente têm apresentado níveis de pobreza e sensibilidade ao ciclo

(12) Estimativas anteriores, baseadas na Pesquisa Mensal de Emprego, quando a PNAD-95 não se encontrava ainda disponível, mostram que São Paulo e Salvador não tinham atingido em julho de 1995, os patamares menores de proporção de pobres estimados para setembro de 1990 (Rocha, 1996). São justamente essas metrópoles que apresentam, segundo a PNAD, o pior desempenho entre 1990 e 1995.

semelhantes, se distanciam. Rio de Janeiro torna-se um caso isolado no Centro-Sul com as proporções mais elevadas. Belo Horizonte, que junto com Fortaleza apresentou o melhor desempenho no período, forma com São Paulo e Brasília um grupo com proporção de pobres em torno de 17%. Finalmente Porto Alegre e Curitiba, distanciados entre si, mas também das demais metrópoles, apresentam as menores proporções de pobres.

Os resultados de São Paulo e Rio de Janeiro merecem destaque especial devido à posição dessas metrópoles como primazes, concentrando mais de 50% da população e dos pobres metropolitanos.¹³ Na verdade trata-se de trajetórias bastante distintas. O Rio de Janeiro, que tinha apresentado forte deterioração econômica e empobrecimento na década de 80,¹⁴ mostrou redução paulatina da pobreza desde 1989, independentemente da crise recessiva, para o que contribuiu o forte êxodo populacional (a população residente na metrópole teve crescimento anual de 0,7% entre 1991 e 1996). Existem também algumas evidências quanto à evolução no mercado de trabalho, que sugerem mudanças produtivas lentas, mas favoráveis até junho de 1997 (Tabela 5). Assim, o desemprego, que é o menor dentre as seis metrópoles investigadas pela Pesquisa Mensal de Emprego (PME/IBGE), se mantém baixo. A ocupação na indústria, pequena em comparação com as demais metrópoles do Centro-Sul, continua declinando, mas de forma suave, evidenciando que o Rio de Janeiro tende a estar pouco susceptível aos ajustes estruturais em curso no setor em nível nacional. O nível de rendimento, que permanece baixo dentre as metrópoles do Centro-Sul,¹⁵ apresentou no período 1990/96 a evolução mais favorável dentre as seis metrópoles. Apesar da taxa de desemprego baixa e de ganhos reais dos rendimentos, a queda da taxa de atividade entre junho de 1996/junho de 1997 pode ser preocupante.¹⁶ É possível que, em função de ter atingido ao final da década passada uma situação tão adversa, o comportamento da pobreza no Rio de Janeiro tenha se mostrado relativamente pouco sensível à crise recessiva do início da década, assim como à retomada do nível de atividade.

São Paulo, por outro lado, sofreu de forma mais aguda do que qualquer outra metrópole, os impactos da crise, tendo a proporção de pobres passado de 22% em 1990 para 29% em 1993.¹⁷ Em contrapartida, o vigor da retomada é evidente, apesar da intensidade da reestruturação produtiva que vem alterando o desenho do mercado de trabalho e causando perdas significativas de postos de

(13) São Paulo e Rio de Janeiro representam 58% da população e 53% dos pobres metropolitanos.

(14) A proporção de pobres na metrópole fluminense passou de 27,5% em 1981 para 33,1% em 1989.

(15) O rendimento médio real das pessoas ocupadas no Rio de Janeiro era de R\$ 399,00 em setembro de 1996, significativamente inferior à média das metrópoles (R\$ 494,00), que é afetada por São Paulo (R\$ 646,00) (valores expressos a preços de julho de 1994).

(16) Considerando os meses de setembro verificava-se um aumento gradual da taxa de atividade.

(17) Na verdade o descolamento entre aumento da produção e crescimento do emprego na indústria já ocorria em São Paulo desde 1988, não sendo, portanto, nem fruto da crise do início da década de 90, nem do Plano Real.

trabalho na indústria. Observa-se que concomitantemente ao desemprego e à informalização, ocorreu aumento do número de postos de trabalho¹⁸ e crescimento dos rendimentos médios, mais acentuados na base da distribuição. Como resultado, apesar das turbulências, do ponto de vista dos rendimentos individuais e dos indicadores de pobreza que tomam por base o rendimento familiar per capita, o resultado líquido do quinquênio foi positivo, evidenciando o dinamismo econômico e a posição única da metrópole paulista no âmbito do sistema urbano nacional.

Tabela 5
Indicadores de mercado de trabalho

Indicadores	Set./93	Set./95	Jun./96	Set./96	Jun./97
Taxa de atividade (%)					
Rio de Janeiro	57,85	59,12	56,14	60,47	54,87
São Paulo	65,38	61,41	63,00	63,3	61,45
6 Metrópoles ⁽¹⁾	59,86	59,12	59,94	60,47	58,79
Taxa de desemprego aberto (%)					
Rio de Janeiro	4,15	3,39	3,72	3,56	3,71
São Paulo	4,64	6,28	7,19	5,74	7,05
6 Metrópoles ⁽¹⁾	4,91	5,19	5,92	5,23	6,09
Taxa de ocupação na indústria (%)					
Rio de Janeiro	14,53	13,07	13,14	12,67	12,19
São Paulo	27,24	25,41	29,98	23,89	22,90
6 Metrópoles ⁽¹⁾	20,47	19,15	18,37	18,30	17,59
Rendimento médio real (nº índice) ⁽²⁾					
Rio de Janeiro	1,049	1,268	1,442	1,371	1,413
São Paulo	0,826	1,176	1,202	1,246	1,221
6 Metrópoles ⁽¹⁾	0,909	1,199	1,260	1,288	1,275

⁽¹⁾ Metrópoles pesquisadas pela PME: Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre; ⁽²⁾ base julho 1994 = 1.

Fonte: IBGE/PME.

3. A dualidade núcleo/periferia

Como já ocorria na década de 80, a expansão das metrópoles continua se dando em função primordialmente do crescimento demográfico das periferias (Tabela 6). Com o objetivo de verificar a estabilidade dos padrões de diferenciação de incidência de pobreza entre núcleo e periferia de uma mesma metrópole recorreu-se à comparação dos indicadores relativos a 1990 e 1995.¹⁹ Trata-se de examinar se ocorreu periferização da pobreza, compreendida como uma repartição espacial dos pobres que privilegia sua concentração na periferia,

(18) Dos 1,4 milhão de postos de trabalho criados (aumento de pessoas ocupadas menos aumento de desempregados) entre setembro de 1990 e setembro de 1996 nas seis metrópoles-objeto da PME/IBGE, 48% ou 668 mil o foram em São Paulo.

(19) Núcleo refere-se ao município-sede, enquanto a periferia reúne os demais municípios da região metropolitana. Rocha (1993) apresenta resultados metropolitanos da PNAD desagregados entre núcleo e periferia para 1990, e estuda diferenciações das características de mercado de trabalho e acesso a saneamento básico para os pobres nessas duas subáreas de cada metrópole.

quando comparada à repartição da população total da metrópole entre as suas duas subáreas.

Tabela 6
Taxas de crescimento de núcleo e periferia
1991 – 1996

Região Metropolitana	Taxa de crescimento (% a.a)		
	Núcleo	Periferia	Total
Fortaleza	2,133	2,774	2,284
Recife	0,726	1,440	1,125
Salvador	1,280	3,385	1,648
Belo Horizonte	0,696	3,869	2,051
Rio de Janeiro	0,257	1,377	0,758
São Paulo	0,398	3,066	1,432
Curitiba	2,340	5,031	3,344
Porto Alegre	0,400	2,102	1,406
Reg. Metrop. (*)	0,716	2,540	1,463

(*) Exclui Brasília.

Fonte: IBGE. Censo Demográfico (1991); Contagem da População (1996).

No que concerne ao primeiro ponto, a incidência de pobreza, é amplamente reconhecido e corroborado pelos dados referentes a 1990 e 1995 que a proporção de pobres nas metrópoles brasileiras apresenta-se mais elevada na periferia do que no núcleo. Apesar de queda generalizada dos indicadores entre 1990 e 1995 (Tabela 7), este padrão se mantém, alguns aspectos merecendo destaque.

Tabela 7
Proporção e número de pobres, núcleo e periferia metropolitana (*)
1990 e 1995

Metrópoles	Núcleo				Periferia			
	1990		1995		1990		1995	
	%	mil	%	mil	%	mil	%	mil
Fortaleza	38,30	665	22,88	447	45,86	227	35,59	196
Recife	42,11	532	29,64	369	54,47	815	37,25	615
Salvador	36,09	714	31,14	673	59,16	221	52,73	239
Belo Horizonte	23,51	461	12,44	244	39,16	514	22,77	376
Rio de Janeiro	25,12	1.350	16,92	885	41,75	1.855	26,86	1.249
São Paulo	21,19	1.977	14,43	1.356	24,55	1.334	20,29	1.285
Curitiba	6,61	85	4,54	58	21,28	137	12,44	107
Porto Alegre	15,59	193	8,45	108	25,10	420	15,00	282
Total (*)	24,73	5.978	16,90	4.139	34,79	5.523	23,50	4.349

(*) Exclui Belém, cuja periferia não tem representatividade amostral na PNAD, e Brasília.

Fonte: IBGE. PNAD (1990 e 1995 – Tabulações especiais).

No Nordeste, a situação da periferia de Salvador aparece como alarmante. Dentro do contexto geral de redução das proporções, os progressos foram pequenos em relação a 1990 e a proporção de pobres se situa acima de 50%, distanciando-se do nível observado nas demais metrópoles do Nordeste. Embora Fortaleza e Recife tenham apresentado situação semelhante quanto à pobreza na

periferia, é provável que os resultados para Recife não estejam refletindo adequadamente o fenômeno. Na verdade, dadas as características de delimitação desta metrópole pernambucana, o crescimento metropolitano deve estar “transbordando” da periferia estabelecida oficialmente, resultando em subestimação tanto do crescimento demográfico da metrópole pernambucana, como da incidência de pobreza na periferia. No que concerne ao núcleo, é inequívoco o melhor desempenho de Fortaleza na redução da pobreza.

A queda da proporção de pobres no núcleo de Belo Horizonte, que passa a apresentar resultado mais favorável do que o de São Paulo, é algo sintomático das mudanças que vêm ocorrendo na metrópole mineira. As vantagens recentes advindas da reestruturação produtiva não foram suficientes, porém, para que o mesmo acontecesse em relação à periferia. Isto se deveu ao estágio de desenvolvimento da metrópole, que tem implicações sobre o quadro demográfico: enquanto o núcleo de Belo Horizonte cresceu de forma muito moderada no período 1991/96 (0,7% a.a.), a periferia apresentou taxa de crescimento anual elevada (3,9% a.a.). É evidente que o dinamismo industrial associado à implantação de novas empresas de porte e com fortes efeitos multiplicadores do emprego e da renda representou forte atrativo para os imigrantes, permitindo sua incorporação ao sistema produtivo com resultados favoráveis sobre os índices de pobreza.

Assim, não há evidências de que elevadas taxas de crescimento populacional contribuam para maior incidência de pobreza. Taxas de crescimento demográfico muito elevadas, como vem ocorrendo na periferia de Curitiba e Belo Horizonte, foram perfeitamente absorvidas, sem impacto adverso evidente sobre os índices de pobreza (Tabela 7). Por outro lado, taxas de crescimento baixas, como as do Rio de Janeiro, não conduziram a progressos especialmente importantes na redução da pobreza, pelo menos como insuficiência de renda. É claro, no entanto, que a menor pressão demográfica viabiliza melhorias mais rápidas de atendimento de necessidades básicas associadas ao Estado como provedor de serviços (saneamento básico, saúde, educação, habitação popular, etc.), reduzindo a pobreza no que ela independe da renda e consumo privados.

No que concerne ao segundo ponto, o padrão de repartição de pobres entre núcleo e periferia, o diferencial de taxas de crescimento demográfico entre as duas subáreas contribuiu, sem dúvida, para a tendência à periferização da pobreza, entendida como uma concentração crescente do pobres na periferia quando comparada à da população total das metrópoles. Os desvios apresentados na Tabela 8 dão uma medida do grau de periferização da pobreza nos dois anos, e de situações diferenciadas quanto à evolução no período.²⁰

(20) Para estas considerações sobre núcleo e periferia exclui-se Belém, cuja amostra para a periferia não tem representatividade estatística.

As evidências que se tinham para 1990²¹ mostravam a periferação como um padrão de repartição espacial da pobreza, e não como processo, na medida em que não estavam disponíveis dados para uma comparação intertemporal. As novas informações relativas a 1995 permitem confirmar a relação entre grau de periferação e estágios de desenvolvimento da metrópole. Assim, as metrópoles onde o desenvolvimento urbano é mais incipiente apresentam pouca diferenciação na espacialização da pobreza entre núcleo e periferia. Os pobres estão por toda a parte e a periferia não se caracteriza ainda como o lócus preferencial da pobreza. Neste sentido, as metrópoles nordestinas apresentam os menores desvios entre a distribuição espacial dos pobres em relação à da população total, sendo que a evolução verificada em Recife deve ser imputada ao “transbordamento” demográfico da metrópole já mencionado anteriormente.

Tabela 8
Repartição da população total e da população pobre entre núcleo e periferia
1990 e 1995

RM's	% Pop. total no núcleo		% do total de pobres no núcleo		Desvio	
	1990	1995	1990	1995	1990	1995
Fortaleza	77,84	78,04	74,58	69,55	4,19	10,87
Recife	45,78	42,99	39,50	37,40	13,73	12,77
Salvador	84,11	82,64	76,35	73,77	9,22	10,74
Belo Horizonte	59,93	54,27	47,31	39,34	21,06	27,51
Rio de Janeiro	54,74	52,93	42,12	41,46	23,06	21,68
São Paulo	63,19	59,74	59,71	51,35	5,51	14,05
Curitiba	66,64	59,71	38,29	35,08	42,54	41,25
Porto Alegre	42,55	40,51	31,51	27,73	25,95	31,56
RM's ^(*)	60,36	57,61	51,98	48,77	13,89	15,35

(*) Exclui Belém e Brasília.

Fonte: IBGE. PNAD (Tabulações especiais).

Belo Horizonte, Rio de Janeiro e Porto Alegre se situam num patamar mais elevado de periferação da pobreza, vinculado à dinâmica de metrópoles mais modernas. Este padrão está associado ao fechamento do núcleo como espaço de moradia para os mais pobres, seja devido ao esgotamento de espaços livres e conseqüente aumento do valor das moradias, seja devido a mecanismos institucionais ou não que impedem o avanço da favelização do núcleo. Como já se viu, a periferação se acelerou de forma notável em Belo Horizonte, e em ritmo mais lento em Porto Alegre. A reversão da tendência no Rio de Janeiro pode ser interpretada tanto como transição para um novo estágio de desenvolvimento da metrópole, como efeito no curto prazo da estagnação demográfica.

Os impactos da crise sobre a indústria paulista, que se situa predominantemente na periferia, onde ainda ocorreu um crescimento populacional vigoroso no período 1990/95, tornaram evidente que a espacialização mais homogênea dos pobres entre núcleo e periferia, característica de etapa mais

(21) Ver Rocha (1993).

avançada do desenvolvimento metropolitano que sucede à de periferação, não é um processo irreversível. Durante o quinquênio ocorreu periferação da pobreza na metrópole paulista, embora seja concebível tratar-se de fenômeno conjuntural, que poderá ser revertido com o avanço da reestruturação produtiva das atividades localizadas na metrópole. Na verdade, São Paulo, pelo seu tamanho e complexidade funcional, continua a ocupar lugar ímpar como metrópole primaz do sistema urbano brasileiro.

Finalmente Curitiba permanece como *outlier* quando se considera a repartição de pobres entre núcleo e periferia. Cabe notar que, como no Recife, esta ocorrência está em grande parte associada à delimitação da região metropolitana, que inclui áreas rurais relativamente pouco vinculadas à dinâmica metropolitana. Parcela significativa dos pobres de Curitiba são residentes destas áreas rurais.

4. Principais tendências e perspectivas

A tendência mais óbvia e consistente quanto à espacialização da pobreza concerne à desruralização, que ocorre na esteira do processo de urbanização, mas que se vincula também à diminuição da incidência da pobreza rural, que tem dinâmica própria. Em relação a esse segundo determinante, cabe destacar dois fatores básicos que, sem dúvida, vêm contribuindo para a redução da pobreza rural.

O primeiro é a difusão da *renda mensal vitalícia*, que garante aos idosos sem outra fonte de renda o benefício no valor de um salário mínimo. Cabe observar que, em áreas rurais, este benefício é bastante superior às linhas de pobreza estimadas,²² e, de maneira geral, representa um aporte de recursos relativamente elevado dados os níveis de rendimento nas regiões mais pobres. À guisa de comparação, o rendimento médio no Nordeste rural era de apenas R\$ 92,00 em 1995.²³ As implicações do benefício são óbvias em termos de melhoria de vida dos idosos e do grupo familiar a que pertencem, reduzindo o atrativo da migração em direção às áreas urbanas, em especial porque o poder de compra do benefício de valor nominal idêntico para todo o país resulta substancialmente mais elevado nas áreas rurais, onde o custo de vida é mais baixo.

O segundo aspecto relevante para a redução da pobreza rural é a modernização agrícola, que vem revolucionando a produção e as condições de trabalho, com impactos diretos sobre o nível de renda e a incidência de pobreza. É especialmente digno de nota que a modernização, implicando necessariamente redução do emprego agrícola nas áreas de agricultura consolidada, não tem

(22) A linha de pobreza per capita no Nordeste rural em setembro 1995 era de cerca de R\$ 23,00.

(23) Rendimento médio das pessoas economicamente ativas (IBGE. PNAD).

resultado em agravamento da pobreza urbana em função do afluxo dos migrantes rurais. Em Minas Gerais/Espírito Santo, regiões Sul e Centro-Oeste, os dados do quinquênio mais recente sugerem haver um dinamismo próprio, resultado de um bem-sucedido entrosamento de atividades agrícolas e urbanas, permitindo que as economias locais tenham se mantido relativamente imunes à crise recessiva, aumentando sua renda e reduzindo a pobreza de forma sustentada.

A contrapartida inevitável da desruralização é a urbanização da pobreza. Na década de 80 chegou-se a denominar o fenômeno de “metropolização da pobreza” (Rocha & Tolosa, 1993) na medida em que o empobrecimento ocorria de forma mais acelerada nas metrópoles, apesar de o seu crescimento populacional no período 1980/91 ter sido significativamente mais baixo do que nas áreas urbanas não-metropolitanas (1,98% e 3,63% a.a. respectivamente). No período mais recente, no entanto, as metrópoles mantiveram a sua participação no número de pobres de par com sua participação na população total (29% em 1990 e 30% em 1995), não tendo havido continuidade do processo de metropolização da pobreza. Este resultado advém de um conjunto de causas que têm por origem o impacto acentuado da crise econômica sobre as metrópoles, que reduziu a sua atratividade levando a um crescimento demográfico baixo no quinquênio (1,3% a.a.). No âmbito das metrópoles, mantém-se a tendência à periferização da pobreza, na medida em que a maioria delas ainda se encontra nos estágios iniciais do desenvolvimento metropolitano. De qualquer modo, também a periferização se deu a ritmo lento devido à inércia demográfica, o que tem possibilitado progressos importantes no provimento de infra-estrutura urbana, melhorando as condições de vida no diz respeito a itens como saneamento básico e educação, e reduzindo o diferencial existente em relação às condições de vida mais favoráveis do núcleo.

Além dessas tendências de espacialização segundo estratos de residência, os resultados para o último quinquênio revelam mudanças no que concerne à sensibilidade da incidência de pobreza às oscilações conjunturais. Assim, a crise recessiva do início da década, que atingiu seu ponto crítico entre o final de 1992 e o início de 1993, não repercutiu sobre os índices de pobreza da forma generalizada como ocorria durante os ciclos de curto prazo da década de 80.²⁴ Como se viu, em nível nacional os indicadores de pobreza se mantiveram essencialmente estáveis entre 1990 e 1993.

Na verdade ocorreram efeitos espacialmente diferenciados da crise recessiva sobre a pobreza. As regiões metropolitanas foram as mais afetadas, e São Paulo, como metrópole primaz, a mais duramente atingida. Em contrapartida, os indicadores mostram que a crise parece não ter tido impacto sobre a área rural do Nordeste, onde os níveis de pobreza são mais críticos e a relação com o que ocorre em nível nacional na economia de mercado menos óbvia. Constatou-se, no entanto, que ocorreu uma reação evidente à estabilização, os indicadores de

(24) Ver Rocha (1988).

pobreza na área rural do Nordeste, e, na verdade em toda a região, respondendo de forma significativa às melhorias de rendimento ocorridas no período mais recente.

Cabe destacar, no entanto, que algumas áreas demonstraram ter dinamismo próprio, capaz de garantir uma tendência sustentada de redução da pobreza durante todo o período 1990/93, o que, em última instância, viabilizou a estabilidade da proporção de pobres em 30% em nível nacional apesar da recessão. Trata-se das áreas urbanas e rurais de Minas Gerais/Espírito Santo, Sul e Centro-Oeste. O fato de o efeito da crise recessiva ter ficado essencialmente limitado às áreas metropolitanas dessas regiões foi determinante para que apresentassem os melhores desempenhos no que tange à redução da pobreza absoluta no quinquênio.

Em contrapartida, as regiões Norte e Nordeste não apresentam indícios de romper com sua herança de pobreza e alterar a sua posição desfavorável dentro do país (Tabela 1). A evolução mais adversa ocorreu na região Norte. Além de a proporção de pobres ter se agravado no período recessivo, a melhoria verificada entre 1993 e 1995 foi relativamente fraca quando comparada à das demais regiões, permitindo apenas retornar ao elevado nível de incidência de pobreza verificado em 1990. Na verdade, a participação do Norte urbano no número de pobres no Brasil vem aumentando paulatinamente, passando de 3,8% em 1981 para 9,3% em 1995. Trata-se de uma tendência preocupante, tendo em vista que a participação da sua população urbana na população brasileira é de apenas 4,5% neste último ano.

No Nordeste os resultados tanto de longo como de curto prazo foram menos adversos do que no Norte, embora a queda das proporções de pobreza em relação a 1981 deva ser relativizada em função da ocorrência da seca no início da década passada. Apesar da queda das proporções, a concentração de pobres no Nordeste se mostra alarmante, especialmente tendo em vista o tamanho do contingente populacional envolvido, 13,4 milhões de pessoas, o equivalente a 44% dos pobres brasileiros.

Para os anos vindouros, o que virá a ocorrer em termos de incidência de pobreza e sua espacialização estará fortemente influenciado pelo contexto atual francamente positivo de crescimento demográfico moderado, mas muito adverso quanto às possibilidades de crescimento da renda e de redução da desigualdade. Embora a presente crise tenda a ter efeitos concentradores especialmente nas áreas mais modernizadas, existem importantes tendências compensatórias ligadas ao dinamismo do setor agrícola e à desconcentração de atividades urbanas em função da reestruturação industrial e da abertura da economia. É sintomático, por exemplo, que apesar da queda da população rural brasileira, a ocupação agrícola tenha aumentado sua participação na ocupação total no último quinquênio.²⁵ Isto

(25) Enquanto a participação da população rural na população brasileira decrescia de 23% para 21% entre 1990 e 1995, a ocupação agrícola passava de 22,8% para 23,8% no mesmo período (Pessoas ocupadas por mais de 15 horas semanais. (IBGE. PNAD).

significa que havendo iniciativas institucionais minimamente coerentes ligadas à reforma agrária, será possível reduzir a migração rural-urbana, abrindo caminho para melhorias da renda e viabilizando simultaneamente o provimento dos serviços públicos básicos a custos mais baixos do que nas áreas urbanas.

De qualquer modo, cabe monitorar com cuidado a evolução da pobreza nos dois contextos onde ela é mais crítica, no Nordeste e nas metrópoles de São Paulo e Rio de Janeiro.²⁶ No Nordeste, o objetivo primordial deve ser o de melhorar as condições de vida dos pobres na área rural da região – onde se localizam os bolsões de pobreza mais crítica – através da garantia de acesso à terra e melhorias da produtividade agrícola como resultado de uma ação integrada na área social (educação, saúde, alimentação) e de extensão rural. Uma vez que o setor agrícola moderno atende perfeitamente às necessidades de produção via estímulos de preço, a prioridade absoluta neste contexto é o atendimento das necessidades de autoconsumo das famílias pobres, o que evoluiria progressivamente para a geração de excedentes e melhoria da renda a médio e longo prazos. Como no Nordeste as fronteiras entre urbano e rural são particularmente tênues,²⁷ iniciativas deste tipo significam afetar positivamente uma parcela ponderável daqueles classificados como pobres urbanos, que na verdade estão mais aptos para serem apoiados para a vida agrícola no meio rural.

Nas metrópoles primazes, onde pobreza está essencialmente vinculada à forma de inserção no mercado de trabalho, cabe monitorar com cuidado os efeitos da reestruturação produtiva, que serão potencializados pela atual crise. Indicadores relativos às regiões metropolitanas no último ano mostram comportamento muito adverso do mercado de trabalho para trabalhadores com menos de quatro anos de escolaridade, para os quais a queda no número de postos de trabalho e do rendimento médio implicou em uma redução da renda total do trabalho de 14,3% em termos reais.²⁸ Para aqueles que o mercado de trabalho tende a excluir, emprego e renda dependem necessariamente da iniciativa do Estado. Frentes de trabalho nas periferias metropolitanas, reconhecidamente deficientes em termos de infra-estrutura urbana e social, têm a vantagem de empregar os pobres nos seus locais de residência, melhorando sua condição de vida tanto via rendimento percebido, como através de redução de déficits quanto ao acesso a saneamento e de outros serviços básicos.

De maneira geral, esquemas assistenciais terão de ser mobilizados para enfrentar condições de pobreza mais crítica, tanto para minorar o efeito da crise

(26) Nordeste rural e as metrópoles de Rio de Janeiro e São Paulo têm participação comparável na incidência de pobreza no Brasil, respectivamente 16,6% e 13% em 1995. No entanto, a pobreza num e noutro caso tem naturezas obviamente distintas.

(27) É sintomático que no Nordeste, em 1990, 22% dos chefes pobres residentes em áreas urbanas tivessem ocupação agrícola.

(28) Com base em tabulações especiais da PME comparando os resultados agregados para as metrópoles de Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre entre os períodos de janeiro a julho de 1997 e de 1998.

recessiva, como para aguardar os efeitos de longo prazo de iniciativas que venham a ser tomadas quanto a melhorias do sistema educacional e do funcionamento do mercado de trabalho. Garantir educação e inserção de mercado em condições adequadas de rendimento são os requisitos básicos para enfrentar de forma direta os problemas de pobreza absoluta e desigualdade no país.

Sonia Rocha é Pesquisadora do
IPEA/DIPES – Rio de Janeiro, RJ.

Bibliografia

- AMADEO, E. et al. *A natureza e o funcionamento do mercado de trabalho desde 1980*. Rio de Janeiro: IPEA, 1994.
- BERCOVICH, A., MORELL, M.G.G. *Notas sobre as informações da Sinopse Preliminar do Censo Demográfico de 1991*. Rio de Janeiro: IBGE/DEPOP, 1992.
- BEZERRA, V.M.C. et al. Periferização urbana no Brasil; um projeto de estudo nas áreas metropolitanas. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, 45, n. 1, jan./mar. 1993.
- NERI, M., BARROS, R.P. *Crescimento, desigualdade e pobreza: o impacto da estabilização*. Rio de Janeiro: IPEA/DIPES, fev. 1996. (Carta de Conjuntura, n. 62).
- ROCHA, S. *A incidência da pobreza na primeira metade da década de 80*. Rio de Janeiro: IPEA/DIPES, 1988.
- _____. Governabilidade e pobreza – O desafio dos números. In: VALLADARES, L., COELHO M. P. *Governabilidade e pobreza no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.
- _____. Pobreza e desigualdades regionais; caracterização recente e perspectivas. In: A ECONOMIA brasileira em perspectiva – 1996. Rio de Janeiro: IPEA, 1996. v. 2, p.565-84.
- _____. *Renda e pobreza no Brasil – Os impactos do Plano Real*. Rio de Janeiro: IPEA/DIPES. (Texto para Discussão, n. 439)/*Revista Brasileira de Estudos da População*, v. 13, n. 2, p.117-34, 1996.
- _____. Crise, estabilização e pobreza; a evolução no período 1990 a 1995. *Conjuntura Econômica*, Rio de Janeiro, jan. 1997.
- _____, TOLOSA, H. Metropolização da pobreza – Uma análise núcleo-periferia. In: PERSPECTIVAS da economia brasileira – 1994. Rio de Janeiro: IPEA, 1993, v. 2, p.527-40.
- OLIVEIRA, J. C. *Breves notas sobre a concentração populacional brasileira em 1991*. Rio de Janeiro: IBGE/DEPOP, 1992.

Resumo

Este artigo examina a evolução da espacialização da incidência de pobreza no Brasil, do ponto de vista da renda, na primeira metade da década de 90, considerando sete regiões e três estratos de residência. Destaca-se o fato de que, do ponto de vista agregado, não foram realizados progressos entre 1981 e 1993, mas que esta aparente estabilidade recobre evoluções localmente diferenciadas no período 1990/93, tais como redução da pobreza rural e agravamento da pobreza nas metrópoles, diretamente afetadas pela crise recessiva. A distinção de núcleo e periferia para cada metrópole, permite qualificar a tendência de periferização da pobreza e distinguir os diferentes estágios de desenvolvimento das metrópoles brasileiras.

Palavras-chave: Brasil – Pobreza; Renda; Espacialização.

Abstract

This article examines the spatial distribution of poverty in Brazil in the first half of the nineties, considering seven regions, as well as the rural, urban and metropolitan breakdown. For the country as a whole, there has been no notable change in poverty incidence income-wise when indicators for 1981 and 1993 are compared. Nevertheless, some differentiated local tendencies were at work in early 90's, like reduction of rural poverty and increases in poverty incidence in metropolitan areas, which were directly affected by the low level of economic activity. The distinction of nucleus and periphery of each metropolis allows for qualifying the tendency of increased poverty incidence in the periphery, which seems related to stages of urban development.

Key-words: Brazil – Poverty; Spatial distribution.